



**ACÓRDÃO Nº 26/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 1636/2015.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Subcomando de Ações de Defesa Civil do Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas – SUBCOMADEC.
- 4- **Exercício:** 2014.
- 5- **Responsável:** Sr. Roberto Rocha Guimarães da Silva, Secretário executivo, à época.
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 454EX/2017-MP-ESB, do Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador de Contas (fls. 3007/3018).
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Subcomando de Ações de Defesa Civil – SUBCOMADEC. Exercício de 2014.

*Regularidade com Ressalvas. Multa. Prazo. Recomendação. Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial discordância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a prestação de contas do Subcomando de Ações de Defesa Civil do Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas – SUBCOMADEC, de responsabilidade do **Sr. Roberto Rocha Guimarães da Silva**, Secretário Executivo de Ações de Proteção e Defesa Civil e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do art. 22, inciso II, e art. 25, § Único, da Lei nº 2.423/96 c/c o art. 5º, inciso II, da Resolução 04/2002 – TCE;
- 10.2. **Aplicar multa** no valor **R\$ 4.468,42 (quatro mil, quatrocentos sessenta e oito reais e quarenta e dois centavos)**, ao **Sr. Roberto Rocha Guimarães da Silva**, Secretário Executivo de Ações de Proteção e Defesa Civil do Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas e Ordenador de Despesas, à época, nos termos do artigo 53, Parágrafo Único, da Lei nº 2.423/96 - TCE/AM, com a nova redação dada pela LC nº 114/2013 – TCE/AM, face às impropriedades descritas nos *itens 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, e 1.5*, desta Proposta de Voto;



**ACÓRDÃO Nº 26/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 10.3.** Fixar prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da ciência, para que o responsável recolha os valores das multas acima aplicadas aos cofres da Fazenda Pública Estadual, com comprovação perante este Tribunal, nos termos do art. 174, *caput*, da Resolução 04/2002 – TCE/AM;
- 10.4.** **Autorizar** a imediata cobrança executiva, nos moldes do art. 173 da Subseção III e da Seção III, do Capítulo X, da Resolução 04/2002 – TCE/AM, caso o responsável não recolha os valores referente às multas aplicadas por esta Corte de Contas e ainda a inscrição *na* dívida ativa, caso persista o débito;
- 10.5.** Recomendar a origem que:
- 10.5.1.** Observe e cumpra as disposições da Lei nº 8.666/1993;
  - 10.5.2.** Encaminhe Nas Próximas Prestações De Contas o Relatório de Encerramento de Exercício Financeiro, extraído do Sistema de Administração de Material e Patrimônio (Ajuri); demonstrando o estoque de materiais existentes;
  - 10.5.3.** Encaminhe nas próximas prestações de contas os extratos bancários, acompanhados das respectivas conciliações bancárias, de cada conta, inclusive as contas que possuem saldo zero;
  - 10.5.4.** O atual responsável pela unidade gestora deve tomar providências no sentido de verificar o motivo pelo qual consta, até a presente data, pendência em nome do Senhor Francisco Bentes de Almeida, no valor de R\$ 2.000,00. Em caso de não ter havido a prestação de contas do adiantamento concedido que sejam adotados os procedimentos previstos no Decreto nº 16.396/1994.
- 10.6.** Considerando que a análise de convênios e regimentalmente apartada da Prestação de Contas **determinar** a DEATV que requisite os Convênios firmados no exercício de 2014 pela SUBCOMADEC, para análise específica.



**ACÓRDÃO Nº 26/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

*Vencido o Voto destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva que votou pela irregularidade das contas e multa. Vencido o Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro que votou para sem aplicação de multa.*

**11- Ata:** 2ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 30 de Janeiro de 2018.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

**14- Representante do Ministério Público junto a este Tribunal:** Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente.

**JULIO CABRAL**  
Conselheiro-Relator

**CARLOS ALBERTO SOUZA DE ALMEIDA**  
Procurador-Geral